



CONCURSO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL

CADERNO DE QUESTÕES: Procurador Autárquico - AMAE

PROVA DISCURSIVA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- 1- Verifique se este caderno contém **CINCO** questões, sendo **QUATRO** questões discursivas e **UM** enunciado para elaboração de peça prática, acompanhadas de espaço para rascunho.
- 2- Confira os dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata da Sala.
- 3- Será permitida, na prova discursiva, a consulta à legislação seca, não comentada ou anotada.
- 4- Não se comunique com outros candidatos, nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
- 5- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à: identificação, que será feita no decorrer da prova; transcrição dos textos para o Caderno de Resposta Definitivo; a conferência do material de consulta.
- 6- Nenhuma folha deste caderno de prova poderá ser destacada.
- 7- O Caderno de Resposta Definitivo da Prova Discursiva não pode ser assinado, rubricado, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o(a) candidato(a), sob pena de anulação da prova (item 10.6 do edital).
- 8- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no Caderno de Resposta Definitivo, poderá implicar a anulação de sua prova.
- 9- Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno.
- 10- A saída com o **CADERNO DE PROVA** somente ocorrerá após 3 horas e 45 minutos do início das provas (item 12.21 do edital).
- 11- Ao sair recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala, e até sua saída do prédio, não será permitido o uso dos sanitários.

Conforme edital, subitem 7.2.7.1, letra c), os candidatos serão eliminados se os dispositivos eletrônicos sob seus cuidados emitirem algum sinal sonoro.

O candidato que for eliminado deverá obrigatoriamente assinar o Termo de Eliminação do Concurso Público. Mesmo que o candidato seja eliminado, conforme item 12.20 do edital, somente será permitido retirar-se definitivamente da sala de prova (objetiva e de redação) após transcorrido o tempo de 2 (duas) horas do início da aplicação das provas, mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e do seu Caderno de Questões, ao fiscal de sala.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da **CADERNO DE RESPOSTA DEFINITIVO:**
QUATRO HORAS

PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 1

Direito Administrativo

A ruptura de tubulação de concessionária de serviços públicos de saneamento básico causou vazamento importante de água que invadiu as vias públicas de determinado bairro do Município de Rio Verde, Goiás, ocasionando acidente automobilístico entre dois veículos particulares. Em que pese não ter havido nenhuma vítima fatal, o mencionado acidente causou avarias em um veículo SUV envolvido no abalroamento. As circunstâncias do acidente foram presenciadas por diversas testemunhas e documentadas apropriadamente pelo proprietário do veículo, por meio de registros fotográficos e boletim de ocorrência.

Considerando a situação hipotética apresentada anteriormente, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos: (Obs.: A simples menção ou transcrição de dispositivo legal não confere pontuação).

- Há responsabilidade objetiva ou subjetiva da concessionária de serviços públicos de saneamento básico quanto aos danos materiais causados ao veículo envolvido no acidente? Justifique a resposta, mediante a apresentação de todos os fundamentos pertinentes.
- A situação narrada enseja responsabilidade solidária ou subsidiária do poder concedente? Justifique a resposta, mediante a apresentação de todos os fundamentos pertinentes.

QUESTÃO 2

Direito Constitucional

A Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece princípios fundamentais para a organização do Estado brasileiro, incluindo a autonomia política, administrativa e legislativa aos entes federativos. No entanto, em alguns casos, a relação entre um estado-membro e seus municípios pode ser afetada por iniciativas estaduais que envolvem diretamente a gestão de serviços públicos locais.

Diante desse cenário, imagine que um estado-membro tenha criado um comitê estadual para reestruturar a educação pública municipal, impondo novas diretrizes curriculares e transferindo a gestão das escolas municipais para o governo estadual, sem consulta prévia ao município afetado.

Essa medida tem gerado grandes discussões, com o prefeito e os vereadores locais expressando preocupações sobre o impacto dessas mudanças na gestão da educação municipal e questionando os novos procedimentos adotados.

A partir da situação descrita, discorra sobre a possibilidade de uma intervenção no referido estado-membro, apontando, se for o caso, a fundamentação constitucional, o motivo específico e os procedimentos para tal.

QUESTÃO 3

Direito do Processo Civil

Avaliando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e o Código de Processo Civil, é possível a determinação judicial à Fazenda Pública, de adoção da prática jurisprudencial da “execução invertida” no cumprimento de sentença comum, com a consequente apresentação de demonstrativo de cálculos e valores a serem pagos? Explique e fundamente sua resposta.



QUESTÃO 4

Direito Tributário

Em 30 de dezembro de 2023, o Prefeito do Município X instituiu por Decreto a isenção de IPTU pelo prazo de 5 anos aos proprietários de imóveis prediais urbanos que comprovassem anualmente a destinação de parte do terreno ao plantio de árvore típica do cerrado e/ou edificassem sistema de captação de águas pluviais para reaproveitamento da água no próprio imóvel e/ou instalassem sistema de geração de energia solar. Ao final, dispôs que a norma produziria efeitos imediatos.

Neste cenário, responda as questões abaixo de forma fundamentada:

- a) A forma usada para conceder a isenção está correta?
- b) Leis tributárias concessivas de isenção podem determinar a sua produção de efeitos de forma imediata?

PEÇA PRÁTICA PROCESSUAL

A Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico – AMAE, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela lei complementar n.º 130/2018, preparou um circunstanciado relatório de fiscalização (RF/DNFC/CFIC/0080/2024), elaborado pela equipe técnica da Coordenação de Fiscalização e Controle, subordinada à Diretoria de Normatização, Fiscalização e Controle da AMAE, com o objetivo de vistoriar a implantação da ETE Laje, no município de Rio Verde/GO, sob a responsabilidade da prestadora Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO (sociedade por ações de economia mista estadual).

Em vistoria *in loco* os técnicos da AMAE constataram inúmeras irregularidades e, ao final do relatório, determinaram diversas ações a serem promovidas pela empresa prestadora do serviço, para adequar o plano de trabalho. A prestadora SANEAGO foi notificada para cumprir as determinações e/ou apresentar defesa escrita e o processo administrativo tramitou regularmente, sem vícios ou máculas, resultando, ao final, na aplicação de penalidade à prestadora, já que não sanou nenhuma das irregularidades identificadas pelo corpo técnico.

A infração foi devidamente apurada em processo administrativo, contendo os elementos suficientes para determinar a natureza da infração, a individualização e a gradação da penalidade, assegurando o direito de ampla defesa e contraditório, ensejando a aplicação da penalidade de multa no importe de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Esgotadas as instâncias recursais na esfera administrativa, a empresa prestadora ingressou com ação declaratória de nulidade de multa administrativa cumulada com pedido de tutela provisória de urgência, arrolando no polo passivo da ação a Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico – AMAE e o atual Presidente da Autarquia, atribuindo à causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais). No mérito, arguiu, em síntese, a ilegalidade da sanção aplicada pela Agência Reguladora por ausência de competência. A ação foi proposta no juízo da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia. O Juiz titular da unidade judiciária deferiu o pedido liminar para suspender a cobrança da multa pela AMAE, sem exigir o depósito de caução e sem oitiva dos requeridos, e determinou a citação da Agência Municipal e do Presidente da Autarquia. Recebida a citação pela Procuradoria da AME, cabe a(o) senhor(a) tomar as providências cabíveis na primeira instância.

A partir disso, elabore a peça processual adequada para o caso concreto.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

RASCUNHO



34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO